

# Políticas públicas culturais e a cidade de São Paulo: um olhar sobre a democracia cultural participativa no espaço público globalizado

GUILHERME GALUPPO BORBA<sup>1</sup>

## Introdução

O conteúdo deste artigo está atrelado a uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo estudo de caso versa sobre a região central de São Paulo e a forma como a produção e a apropriação do espaço vêm se transformando mediante atividades culturais. A importância desse tema cresce exponencialmente, visto que a cultura se engendra de modo cada vez mais forte sobre a participação e a produção do espaço público nas grandes cidades. Este, por sua vez, torna-se palco de uma dúbia relação global-local, em que se verifica tanto uma efervescência cultural de apropriação local como um esvaziamento e uma segregação sociais impulsionados pelas forças da globalização.

Essas transformações urbanas e culturais – de inclusão ou exclusão – geram a necessidade de delinear uma nova concepção de governança na escala municipal e de políticas públicas culturais, com a finalidade de construir uma cidade mais igualitária, coadunando democracia e participação social.

1. Geógrafo urbanista formado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e mestre em paisagem urbana pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), ambas unidades da Universidade de São Paulo (USP), atualmente desenvolve na FAU-USP a pesquisa de doutorado *O Impasse da Cultura na Transformação Urbana da Região Central de São Paulo*. Atua como analista de políticas públicas e gestão governamental na Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Em razão da amplitude do tema, faz-se necessário traçar um panorama geral das políticas culturais com forte apelo à democracia cultural e pincelar as características mais valiosas de políticas públicas de sucesso, como o Programa Cultura Viva, do governo federal, na Era Lula, e, especificamente na escala municipal, o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), implementado em São Paulo, na administração de Marta Suplicy.

Dessa relação – cultura, cidade e política – inúmeros questionamentos afloram: de que forma as práticas culturais contemporâneas – a retomada do direito à cidade – constituem um veículo de propagação de emancipação, pluralidade e cidadania? As políticas públicas culturais estão caminhando para o fomento do espaço público, da democracia e da participação social? Poderia a cultura ser percebida de forma mais ampla e utilizada como balizador para uma nova cultura política dentro e fora do Estado?

Diante dessas questões, o objetivo geral desta pesquisa foi, a princípio, tramar a relação entre cultura e cidade, mapeando a atuação do poder público municipal na promoção de princípios democráticos e afirmativos, na participação cidadã e na retomada do direito à cidade por meio de políticas culturais que exercem a democracia cultural. Ademais, como objetivos tributários, observou-se a tentativa de interligação entre os processos da globalização e os modelos de governança local e democracia participativa com as políticas culturais de sentido mais amplo.

## **São Paulo: cultura, cidade e política**

São Paulo continua sendo referência de superlativos de mal-estar. Da miríade de crises estruturalmente históricas e desafios agigantados, São Paulo não é estanque. Cria e implode, evolui e retrocede. Há tempos vem apostando em respostas competitivas aos desafios urbanos, proliferando os mecanismos do mercado global. A política de venda da cidade é agressiva e sedutora. Sua mercantilização arbitrária pressupõe técnicas de planejamento que corroboram com o desmantelamento do *habitat*. É de esperar, portanto, que haja a construção de uma cidade desigual, tornando espaços

improdutivos em vazios estéreis e, na vasta maioria, inóspitos à criatividade e à espontaneidade do corpo livre.

A segregação socioespacial e as desigualdades de oportunidades e acesso a recursos ainda se apresentam como algumas das marcas mais históricas e perversamente evidentes na geografia paulistana. Em suma, os mecanismos politicamente opacos e economicamente rentáveis por meio dos quais é produzida a extrema exclusão continuam operando livremente. Consequentemente, o impacto combinado desses processos de autorreforço tem contribuído para a destruição do espaço público como palco de livre expressão e criação. A separação de funções urbanas, culturas, classes sociais e fragmentos de classe está privando o espaço público de encontros espontâneos e do potencial de exercício político da cidadania.

Porém, tal como outras cidades do mundo, São Paulo não está açambarcada e tem passado por transformações recentes e interessantes. É possível dizer que há um sopro visível de atividades recreativas e culturais que vivificam os interstícios mórbidos, alteram as formas de apropriação e irradiam luzes de cidades possíveis. São praças ocupadas com feiras, de cores variadas, espaços ociosos com novas atividades, como as festas eletrônicas; são ruas, avenidas e elevados, percorridos por diferentes modais, novas ocupações e direitos reivindicados de forma participativa. Há uma ampliação da fruição em um crescente conjunto de convívio na cidade. O tal sopro de vivacidade vai muito além do centro: é evidência originária de grupos artístico-culturais e politicamente engajados nas periferias, onde movimentos insurgentes de ocupação e participação tomam corpo, alma e razão. A esse movimento pode-se atrelar a ação do poder público nas três esferas de governo, que desde meados de 2004 vêm implementando políticas culturais mais aderentes à realidade local. Vê-se não somente uma ampliação na participação dos usos plurais dos espaços públicos e/ou ociosos como também dos instrumentos democraticamente instituídos pelo Estado, a saber, as políticas de fomento à diversidade cultural mediante a real implementação da democracia cultural.

Reiteradamente, a relação entre cultura, cidade e política deve ser analisada pelo prisma do espaço público e da participação social. Não devemos esquecer que a cidade sempre esteve ligada à política e à própria origem

da democracia; é o espaço do diálogo, do ponto de encontro da diferença (variedade, heterogeneidade de indivíduos, culturas, pensamentos e atividades), da igualdade (no acesso a recursos e direitos) e do conflito, que quando trabalhado caminha para avançar na construção de uma sociedade plural e acolhedora. Por isso, um imaginável ponto de partida para a análise dessa relação está na teoria das necessidades humanas<sup>2</sup>, a qual assinala a cidade como a mais importante sinergia entre as necessidades.

Atualmente, em virtude das características socioeconômicas e funcionalistas mencionadas anteriormente, a necessidade mais emblemática é a da liberdade. Seu exercício, que pressupõe a construção de sínteses conflitivo-conviviais, converge no espaço público e na consciência do eu individual, que se modula perante o exercício de liberdade do outro, fortificando o sentido de alteridade. As necessidades humanas compõem um sistema complexo, de tal forma que a satisfação de cada uma delas depende da satisfação adequada das outras. Por causa disso, a liberdade também está intimamente ligada à necessidade de participação, que nos parece ser a mais transversal das necessidades humanas e com a maior capacidade sinérgica, dado que nenhuma necessidade pode ser satisfeita otimamente sem a participação dos sujeitos envolvidos nos processos onde eles se registram<sup>3</sup>.

A participação é o nexo que associa o público (variedade de atores) ao político (estratégia de compartilhamento entre os atores), e isso tem sua forma no território. A interatividade das liberdades individuais e coletivas no espaço público incentiva a participação cidadã e fomenta o sentimento de pertencimento, a expressão cultural, a reunião política, a festa, a diversão, a música, o teatro, a arte e a partilha de economia popular. A apropriação do espaço por diferentes grupos (culturais, de gênero, idade), espontâneos ou planejados, conforme as redes sociais locais, contribui para o enriquecimento da pluralidade convivida.

2. Len Doyal e Ian Gough, *Teoría de las Necesidades Humanas*, Barcelona/Madri, Icaria/Fundación Hogar del Empleado (Fuhem), 1994 (Economía Crítica, 7), *apud* Julio Alguacil, “Espacio Público y Espacio Político: La Ciudad como el Lugar para las Estrategias de Participación”, *Polis: Revista de Universidad Bolivariana*, vol. 7, n. 20, pp. 199-223, 2008 (cf. p. 201), disponível em: <https://tinyurl.com/y7f4prg3>, acesso em: 26 nov. 2018.
3. *Idem*, p. 205.

Desse modo, o espaço público é, em última análise, uma área privilegiada que oferece inestimáveis oportunidades de participação, ajudando a prevenir e se opor à dinâmica de exclusão excessiva das cidades pós-industriais. A crescente participação da sociedade na tomada do espaço público para atividades plurais, heterogêneas e simbióticas também se deu pelos instrumentos governamentais de democracia participativa desde meados de 2004, como já mencionamos. Esse recente cenário artístico-cultural em São Paulo tem relação com as novas políticas culturais que vêm sendo implementadas no Brasil e no mundo e dialogam com um novo sentido de cidade. Mas, se esse movimento cultural nas metrópoles já não é tão único e vem acontecendo em outras partes do mundo, de que forma a literatura existente pode aclarar caminhos de conduta para que a cultura possa fazer parte de um projeto de sociedade e cidade mais amplo? Que relações locais-globais podem ensejar o desenho de políticas públicas mais aderentes à juventude interconectada?

### **Globalização, governança local e democracia participativa**

São Paulo é considerada uma cidade global e, consecutivamente, participa dos processos de causa e efeito ligados à economia do capitalismo tardio e ao fenômeno da globalização, que, além de complexo e multidimensional, produz incessantemente acumulação e segregação. Em linhas gerais, pode-se assegurar que a globalização atinge diferentes escalas e aspectos da vida humana, refletindo também, em escala ampliada, uma magnitude crescente e acelerada do impacto dos fluxos transcontinentais e padrões de interação social, promovendo a transformação nos estilos e valores de vida dos cidadãos<sup>4</sup>. Isso posto, a cidade global possui características sociais

4. Will Hutton e Anthony Giddens, *On the Edge: Living with Global Capitalism*, Londres, Jonathan Cape, 2000, *apud* Enrique Conejero Paz, “Globalización, Gobernanza Local y Democracia Participativa”, *Cuadernos Constitucionales de la Cátedra Fradique Furió Ceriol*, n. 52-53, pp. 13-31, 2005 (cf. p. 17), disponível em: <https://tinyurl.com/y93bg94d>, acesso em: 26 nov. 2018.

e morfológicas similares<sup>5</sup>, e o aniquilamento do espaço público como *locus* da participação política e cultural é uma delas.

Contudo, como dito anteriormente, as cidades globais compartilham direções antagônicas quanto à retomada do espaço público e às atividades culturalmente vivificantes e participativas. Aliás, sob o prisma cultural, a globalização está associada à desterritorialização, que, segundo o antropólogo Arjun Appadurai:

[...] aplica-se não só a exemplos óbvios, como as multinacionais e os mercados monetários, mas também a grupos étnicos, movimentos separatistas e formações políticas que cada vez mais operam de uma maneira que transcende limites e identidades territoriais específicos<sup>6</sup>.

Esse movimento também se associa à insurgência cultural que tem ocorrido em São Paulo, que, por sua vez, conversa com tendências culturais de uma juventude cada vez mais interconectada. Quando estamos diante das práticas culturais, a globalização também possibilita o surgimento de um imaginário coletivo mundial, que dilui as demarcações entre a comunidade de origem e o estrangeiro. Assim, os valores e as representações sociais e urbanas também se modificam e se mundializam; a dinâmica cultural, no mundo atual, aponta para a invenção de novos espaços políticos de contestação e participação política<sup>7</sup>.

Desterritorialização, imaginação e participação política compreendem, por consequência, novas balizas para pensar a dimensão cultural como única capaz de conferir significados a experiências locais, individuais ou coletivas<sup>8</sup>. Devem ser consideradas as repercussões na dinâmica cultural

5. Saskia Sassen, "The Global City: Introducing a Concept", *Brown Journal of World Affairs*, vol. 11, n. 2, pp. 27-43, 2005 (cf. p. 25), disponível em: <https://tinyurl.com/hgmzxdt>, acesso em: 26 nov. 2018.

6. Arjun Appadurai, *Dimensões Culturais da Globalização: A Modernidade sem Peias*, trad. Telma Costa, Lisboa, Teorema, 1996, p. 35.

7. Renato Ortiz, *Cultura e Modernidade: A França no Século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 97 (Leituras Afins).

8. Arjun Appadurai, *op. cit.*, 1996, p. 34.

global em razão dos novos desenvolvimentos técnicos (televisão a cabo, digital), cinema, jornais, revistas, redes sociais e outras. Muitas tecnologias antes inacessíveis já se mostram ao alcance de vários segmentos sociais, designadamente os jovens, que passam a produzir trabalhos na área de audiovisual, música, *hip-hop*, fotografia, cultura digital etc. Assim, nem a incorporação de uma cultura global-local pela desterritorialização nem as características perversas que se fundem no processo devem ser negligenciadas no desenho das políticas públicas culturais.

Também é possível notar uma tendência crescente à privatização do consumo cultural, representado por uma vasta gama de aparelhos e tecnologias digitais, enquanto se vê, ao mesmo tempo, a contradição da esfera pública, que é massacrada de um lado e reavivada de outro. Resumidamente, o desenho de políticas públicas no campo da cultura não pode evadir-se dessa constatação e deve buscar inter-relações com os atores envolvidos.

Outra característica importantíssima da globalização é que ela promove um processo de descentralização, regionalização e reavaliação das unidades políticas subnacionais. Dessa forma, o nível de governo local torna-se, em virtude de sua proximidade com os cidadãos, um cenário ideal para colocar em prática experiências que combatam o mercantilismo exacerbado e que busquem maior qualidade, transparência e legitimidade nas políticas locais<sup>9</sup>. Além disso, a globalização impinge uma dinâmica de mudança, complexidade e interdependência de atores que obriga o governo tradicional a buscar novos arranjos institucionais, em um formato reconstruído de governança local.

Em razão disso, novos modelos de governança foram propostos mundo afora; estes deveriam ir além da política e da esfera pública, caminhariam para uma nova maneira de governar ou para uma nova situação de direção. A governança, ao fim e ao cabo, deve superar o modelo hierárquico-burocrático, suplantando-o por um modelo cooperativo mais descentralizado, que apoie a complementaridade entre o setor público, o setor privado e

9. Sally Washington, *Globalisation: What Challenges and Opportunities for Governments?*, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 1996, p. 7 (OECD Working Papers, 7).

as organizações da sociedade civil, destacando tanto as redes autogovernadas como as interorganizacionais<sup>10</sup>. Mesmo que o Estado não ocupe uma posição central nessa rede, pode, ainda, promovê-la e liderá-la de maneira diferente, facilitando as transações.

Portanto, em um cenário de complexa interdependência política e socioeconômica em nível global, o fortalecimento de novos modelos de governança local é requisito indispensável para o êxito das políticas e para a regeneração democrática das cidades modernas. Para tanto, a democracia participativa – envolvimento ativo dos cidadãos no ciclo das políticas públicas – terá de resolver alguns dos dilemas impostos pela globalização, isto é, o déficit de legitimidade e a distância entre a abordagem daqueles que tomam decisões e dos que são afetados por elas<sup>11</sup>. Essa nova prática cidadã enseja o exercício da autonomia individual, que não pode ser pensada sem a autonomia dos outros. Por isso, voltamos novamente à importância da participação, a qual enseja uma perspectiva ética de complementação de identidade e alteridade e pode ser fortificada por meio da cultura e dentro do espaço público. Essa nova ética é obtida em redes interativas, no equilíbrio entre liberdade individual e vínculo coletivo, entre o microssocial e o macrossocial, entre emoção e razão. Desse ângulo, é necessária uma nova cultura política, destinada a construir um Estado relacional, descentralizado, articulado e participativo que produza novas oportunidades para os cidadãos, promovendo as organizações em rede e uma nova legitimidade de um Estado democrático.

À vista disso, é possível dizer que no Brasil, especialmente em São Paulo, há políticas públicas culturais que caminham nessa direção. Todavia, os obstáculos ainda são muitos e há um longo caminho pela frente, afinal:

[...] a democracia não é um absoluto que pode ser determinado *a priori* em todos os seus detalhes, nem pode ser formulada fora de todas as sociedades nas

10. James N. Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (orgs.), *Governance without Government: Order and Change in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 49 (Cambridge Studies in International Relations, 20).

11. *Idem*, p. 50.



quais ela é aplicada, por isso estaremos sempre debatendo sobre os graus de democracia<sup>12</sup>.

## **Políticas culturais no bojo de transformações necessárias**

Quando estamos diante da cultura e da história sociopolítica brasileira é correto afirmar que ainda faltam rupturas com o passado. Em boa medida, nossos problemas são os mesmos de décadas atrás, com o agravante fato de que não deixam de surgir novos dilemas. Ainda hoje, seria leviano desconsiderar obstáculos como a artificialidade de nossas instituições, os efeitos da proximidade de nossas relações sociais e a orientação da economia voltada para fora das necessidades de nossa população. A sociedade brasileira ainda apresenta aspectos oligárquicos e está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o pleno privilégio das camadas dominantes. A ideologia autoritária, que naturaliza as desigualdades e as exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política.

Segundo a filósofa Marilena Chaui, esse legado histórico também se traduz nas primeiras e principais modalidades de relação do Estado com a cultura no Brasil:

- a *liberal*, que identifica a cultura e as belas-artes como privilégio de uma elite escolarizada;
- a do *Estado autoritário*, em que ele se apresenta como produtor oficial e censor da cultura produzida;
- a *populista*, que denomina a cultura popular com o artesanato e o folclore, isto é, com uma versão popular das belas-artes e da indústria cultural;

12. José Félix Tezanos, *La Democracia Incompleta: El Futuro de la Democracia Post-liberal*, Madri, Biblioteca Nueva, 2002, p. 76.

- a *neoliberal*, que identifica cultura e evento de massa em um narcisismo da *mass media*, tendendo a privatizar as instituições públicas nas mãos de empresários<sup>13</sup>.

A mesma autora defende que uma política cultural torna-se inseparável da invenção de uma cultura política nova, a qual deve assinalar as dificuldades ou os desafios para ser implementada e atuar como grande aliada no combate a esses antigos modos de fazer política. Fica evidente que essas primeiras relações denotavam uma definição de cultura ideologicamente baseada em princípios iluministas. A verdade é que uma enorme multiplicidade de compreensões sobre a cultura foi se estabelecendo tomando-se por base diferentes correntes filosóficas e domínios científicos (além da antropologia, sociologia, história, psicologia, economia e semiótica), abarcando subáreas, movimentos artísticos e literários, tendo cada nação se apropriado à sua maneira.

Entretanto, foi na antropologia de Edward B. Tylor que a definição de cultura adquiriu valor paradigmático nas ciências sociais, propiciando sua inserção na nova cultura política de que tratou Chauí. De acordo com o antropólogo, cultura “em seu sentido etnográfico amplo é um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, princípios morais, leis, costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”<sup>14</sup>. Essa definição, posteriormente, ganhou escopo, pois também passou a incluir a cultura como fenômeno universal em face das particularidades regionais e nacionais, além de compreender a cultura como constitutiva da vida humana em sociedade, de todos os gêneros, raças, idades e geografias. Outrossim, a concepção de cultura moderna ganhou alicerce ao considerar também os significados e

13. Marilena Chauí, “Cultura Política e Política Cultural”, *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 23, pp. 71-84, jan.-abr. 1995 (cf. p. 81), disponível em: <https://tinyurl.com/ycqu35wl>, acesso em: 26 nov. 2018.

14. Edward B. Tylor, *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom*, Londres, John Murray, 1871, vol. 1, p. 1.

sistemas de valores que influenciam a conduta humana<sup>15</sup>. Daí o caráter estratégico da cultura e do papel desempenhado pelas políticas públicas culturais. Para Gramsci:

[...] todo homem [...] desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar<sup>16</sup>.

Esse caminho percorrido pela concepção de cultura espelhou a forma como o Estado a aplicava na prática, embora com certo retardamento. Inicialmente, falava-se muito na *democratização da cultura*, que teria como objetivo assegurar a ampliação da distribuição dos bens culturais entre a população, criando condições de acesso desta a instituições e espaços públicos culturais. O problema é que esse tipo de política cultural se restringe à cultura erudita, legitimada pelas elites produtoras de parâmetros estéticos, desconsiderando a diversidade cultural, obedecendo à lógica de hierarquia cultural. Também prescinde definitivamente das concepções de cultura de que tratou Tylor e Gramsci.

Posteriormente, graças aos estudos empreendidos por Pierre Bourdieu<sup>17</sup>, o modelo de democratização da cultura sofreu fortes críticas, principalmente por seu aspecto vertical, centralizador e elitista, além de considerar que somente a fruição, como momento do sistema cultural, contribui para a formação do capital cultural do indivíduo, desprezando a relevância de processos de produção cultural para a constituição desse capital.

15. Clifford Geertz, *The Interpretations of Culture: Selected Essays*, Nova York, Basic Books, 1973, p. 16.

16. Antonio Gramsci, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, trad. Carlos Nelson Coutinho, 3. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 8.

17. Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, trad. Sérgio Miceli, São Paulo, Perspectiva, 2007 (Estudos, 20).

Com o auxílio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)<sup>18</sup>, ganhou força uma nova concepção de política cultural, a *democracia cultural*, a qual busca maior reconhecimento da pluralidade de formatos expressivos existentes na integração entre cultura e vida cotidiana. Nesse aspecto, ganham ênfase os processos de municipalização da cultura e o desenvolvimento das expressões culturais locais, aproximando ainda mais poder público e sociedade, e assumindo a necessidade de participação de outros atores sociais. Dessa maneira,

[...] a democracia cultural tem por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências<sup>19</sup>.

Isso posto, é a democracia cultural que vem ganhando espaço no mundo e na América Latina, dialogando de forma mais contundente com as realidades locais e com uma nova concepção de cultura política. Logo, os seguintes questionamentos se fazem presentes: como suscitar em indivíduos, grupos e classes a percepção de que são sujeitos sociais e políticos? Como tornar evidente que carências, privilégios, exclusões e opressões não são naturais e devem ser questionados pela sociedade civil? De que forma a democracia cultural pode dialogar com os processos culturais globais no contexto local?

## **A democracia cultural e o caso do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (vAI), na cidade de São Paulo**

Embora seja necessário explicitar os fatos que vão de encontro ao espaço público, à democracia participativa e à cidadania cultural, também se faz

18. Convención sobre la Protección de la Diversidad de las Expresiones Culturales, Paris, 20 out. 2005, disponível em: <https://tinyurl.com/y87rjk6a>, acesso em: 26 nov. 2018.

19. Isaura Botelho, "As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Culturais", *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, n. 2, abr.-jun. 2001 (cf. p. 81).

mister apontar os caminhos exemplares. O Programa Cultura Viva, do governo federal, com a implementação dos pontos e pontões de cultura em nível estadual, e o Programa VAI, da Secretaria Municipal de Cultura, são expressões desse novo modelo de políticas públicas, que têm contribuído com a propagação de novas formas de lidar com a cultura, com a cidade e com a política.

A grande guinada aconteceu durante a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, cujo *slogan* cultural “A imaginação a serviço do Brasil” era parte integrante do programa de governo que tinha como subtítulo: “Programa de Políticas Públicas de Cultura”. O programa dialogava com documentos e estudos internacionais, nos quais a cultura era considerada um direito básico, propondo que as políticas culturais devessem estar voltadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento da democracia. Ele abriu canais de diálogo entre o Ministério da Cultura (MinC) e os mais variados atores sociais que trabalhavam no campo da cultura; ampliou programas de capacitação de produtores e de gestores nas mais diversas regiões do país; aproximou-se de órgãos de pesquisa federais, em especial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a fim de propor a produção e a sistematização das informações sobre o campo da cultura; construiu um Sistema Nacional de Cultura (SNC) que, ao final, conduzia à:

- defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- produção, promoção e difusão de bens culturais;
- formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- democratização do acesso aos bens da cultura;
- valorização da diversidade étnica e regional<sup>20</sup>.

Não somente forneceu maior institucionalidade à área cultural, determinando a existência de um órgão gestor de cultura, como também

20. Brasil, emenda constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005, disponível em: <https://tinyurl.com/y7qyw9k2>, acesso em: 26 nov. 2018.

facilitou a execução de ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, por meio de repasses entre fundos de cultura. Houve ainda o estímulo efetivo para a adoção de uma prática de gestão pública mais democrática e participativa à medida que estabeleceu a realização de conferências e a criação de um conselho de política cultural paritário e deliberativo, como elementos fundamentais para a participação no SNC.

De implementação estadual, o Programa Cultura Viva, iniciado em 2004, criou os pontos de cultura, os quais consistem no fortalecimento de grupos e iniciativas culturais já existentes nas comunidades urbanas e rurais do país, com apoio do MinC, sob forma de repasse de recursos financeiros e técnicos, suporte institucional e facilitação das ações de trocas de informações e intercâmbios entre as diferentes comunidades e suas manifestações. O programa estabeleceu claramente a função do Estado como gestor da política, pois é ele quem determina quais iniciativas devem ser financiadas e estimuladas. Redefiniu o papel do Estado de financiador público das políticas culturais desenvolvidas na sociedade civil, que nas últimas décadas esteve concentrado no financiamento de produções culturais limitadas a segmentos específicos da sociedade, que não representam a maioria da população, por meio das leis de incentivo fiscal.

Os pontos de cultura estão hoje presentes em todos os estados do país e, em sua maioria, atuam por meio de convênios entre o governo federal e os governos estaduais. Segundo Frederico Augusto Barbosa da Silva e Paula Ziviani:

No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos. Há espaços alternativos, mercados culturais localizados e dinamismos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais. Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa nos últimos anos e o Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva teve importante papel no reconhecimento do Brasil profundo<sup>21</sup>.

21. Frederico Augusto Barbosa da Silva e Paula Ziviani (orgs.), *Cultura Viva: As Práticas de Pontos e Pontões*, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2011, p. 17, disponível em: <https://tinyurl.com/y7wtenuq>, acesso em: 26 nov. 2018.

Em suma, existiu e continua a existir uma conjuntura estadual em nível federal que propiciou o estabelecimento de novas práticas de gestão e fomento cultural da óptica da cidadania e da democracia cultural. Com isso, houve o alargamento do espectro de atores atendidos pelas políticas, a ampliação do conceito de cultura, tendo em si a tridimensionalidade – simbólica, cidadã e econômica –, novos desenhos de gestão compartilhada, descentralizada e participativa, sem contar os cuidados com a diversidade cultural e a manifestação delas nos espaços públicos. Isso significa dizer que, embora ainda existam muitos aspectos opacos e classistas do fazer cultural, de modo geral, veem-se brotos de iniciativas locais que ensejam o contrário.

Foi na envergadura dessa germinação e dentro da escala municipal de políticas voltadas à democracia cultural que nasceu o Programa VAI, na cidade de São Paulo, fortemente atrelado às gestões de governo de esquerda, entre os anos de 2001 e 2004 – a gestão da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT); posteriormente, no governo federal, a gestão do presidente Lula, do mesmo partido.

A lei do Programa VAI dispõe sobre suas finalidades e seus objetivos básicos:

Art. 1º – Fica instituído o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI – no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais.

Art. 2º – O Programa VAI tem por objetivos:

I – estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno produtor e criador no desenvolvimento cultural da cidade;

II – promover a inclusão cultural;

III – estimular dinâmicas culturais locais e a criação artística.

Art. 3º – Poderão ser destinados ao Programa VAI recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito cultural celebrados entre institui-

ções públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e a Secretaria Municipal de Cultura<sup>22</sup>.

Com princípios similares aos do programa federal, a primeira grande transformação do Programa VAI consiste na visibilidade política à juventude, com a criação de secretarias e coordenadorias voltadas ao segmento. Da condição juvenil resgatava-se sua condição de cidadão, de sujeito de direitos – como propugnava o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>23</sup>. A cultura na juventude é importante, pois traz uma dimensão que interage com outras dimensões igualmente importantes em seu cotidiano, como o trabalho, a família, a sexualidade, a condição de classe, étnica e local de moradia, para destacar algumas. São os jovens, também, que estão mais antenados com o que tratamos sobre cultura global e são eles que vêm buscando maior participação e engajamento nos espaços públicos. Aliás, o programa vai ao encontro da efervescência cultural existente em cidades globais.

O empoderamento proposto pelo Programa VAI está nas ações voltadas àqueles que se situam fora do setor cultural estabelecido, entendido como aquele que reúne artistas, escritores e produtores comumente submetidos a certas instâncias de consagração. Mais ainda, conforme a classificação das políticas culturais proposta por Teixeira Coelho<sup>24</sup>, o Programa VAI poderia ser incluído no rol das “políticas relativas à cultura alheia ao mercado cultural”, o que pressupõe, por sua vez, uma defesa contra o ataque dos *mass media* à subjetividade e à crítica social.

Outro aspecto importante do programa é que os coletivos juvenis, que são o público do programa, se formam na esfera dos equipamentos públicos de cultura e de organizações sociais espalhadas por todas as regiões da

22. São Paulo (cidade), lei n. 13 540, de 24 de março de 2003, disponível em: <https://tinyurl.com/yanyj354>, acesso em: 26 nov. 2018.

23. Brasil, lei n. 6 189, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), disponível em: <https://tinyurl.com/qc7tkzq>, acesso em: 26 nov. 2018.

24. Teixeira Coelho, *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*, São Paulo, Iluminuras, 2004, p. 22.



cidade<sup>25</sup>. A existência ainda pulsante da vida comunitária – coletivos de expressão local, associações de moradores, grupos de amigos – e da forte atuação de organizações não governamentais (ONGs) faz do Programa VAI um exemplo de política que se pauta em um estilo de governança local tratado anteriormente. O Programa VAI não teria a mesma envergadura e potência se não fosse pela significativa rede de ONGs com forte capilaridade na cidade, ou mesmo pelos poucos serviços públicos existentes na periferia, como as casas de cultura, os pontos de cultura, os centros e as oficinas culturais, instituições que, de algum modo, passaram a se constituir como referência na vida desses segmentos, mostrando que é possível fazer cultura, apesar das inúmeras dificuldades. Essa rede de atores denota uma quebra dos monopólios da criação e do fazer cultural, que é um pressuposto básico da arte, da imaginação e da paixão pelo autocohecimento. Abre-se por essa via a possibilidade concreta de desenvolvimento social e político de uma cidade, fato tão pouco considerado pelo sistema político que, em geral, privilegia temas relacionados somente à economia de mercado.

A propósito, na medida em que o programa se refere à atuação com pessoas iniciantes no universo da produção cultural, em especial com participação comunitária, na forma de iniciativas com bibliotecas, fanzines, grafites, eventos musicais, é possível pensar que ele alavanca oportunidades de inserção de jovens em atividades semiprofissionais de economia criativa, sem perder o caráter participativo e criticamente autônomo. É também nesse cenário que a área cultural passa a ser cada vez mais valorizada como um campo profissional e de negócio sustentável e estratégico, tornando-o reconhecido pelo investimento contínuo na qualificação técnica e profissional, pela manutenção de relações de trabalho formais, pelo estímulo a investimentos e ao empreendedorismo nas atividades econômicas de base cultural e pelo estudo e fomento à economia da cultura.

25. James de Lemos Abreu, *Cultura e Política: O Caso do Programa “VAI” em São Paulo (2004-2008)*, tese de doutorado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2010, p. 208.

O fato de o Programa VAI encorajar a organização de grupos de artistas e jovens dentro da economia criativa e independente significa, indiretamente, fortalecer a presença de valores estéticos e éticos fundados em preocupações com ressonância democrática, como a valorização de manifestações populares, a denúncia da exclusão social, a luta por justiça por meio da participação política, entre outros. As propostas e as linguagens pouco exploradas ou mesmo “ausentes”, como o *funk*, são exemplos do germe territorial e juvenil das práticas culturais fomentadas pelo programa. Elas possuem uma abertura à contestação social por meio da arte, mas também ao direito à cidade e à cidadania. Afinal, a multiplicidade dessas pequenas iniciativas ocorre a contrapelo do vasto gasto empregado em políticas de democratização da cultura e representam fielmente o sentido de cidadania cultural atrelado ao contexto global de retomada do espaço público e suas dinâmicas de participação social.

## Considerações finais

Embora São Paulo ainda esteja muito longe de apresentar oportunidades satisfatórias e equânimes para todos os seus habitantes, é possível identificar alguns processos socioculturais em trânsito que estão resgatando não somente o direito à cidade, mediante a apropriação e participação social no espaço público, como também dialogando com uma cultura mais global e, portanto, menos territorial, a qual vê abertura e fomento em políticas públicas de democracia cultural.

Atualmente, em virtude da crescente complexificação dos processos globais e da insurgência de diferentes atores e grupos sociais, torna-se premente pensar a cidade como *locus* da satisfação das necessidades humanas, das quais a mais importante – sob o viés gregário – é a participação. É também por esse motivo que o espaço público se mostra tão relevante para a ressignificação da vida urbana, pois pressupõe a expressão das liberdades individuais e coletivas garantidas por uma cultura política de coordenação e cooperação interinstitucionais. A globalização, além de perversa e segregadora, também impõe novos desafios de governança local, a qual

pressupõe a descentralização e a reavaliação da atuação das unidades políticas, notadamente da cidade.

Desse modo, as políticas públicas de cultura precisam dialogar não somente com as realidades territoriais locais como também com as manifestações culturais de uma juventude com acesso crescente à informação e a movimentos culturais globais. Há, portanto, uma janela de oportunidade para trabalhar com jovens que possuem uma potência latente de criação, participação e engajamento político. É nesse contexto que uma política cultural bem desenhada pode fomentar a emancipação dos indivíduos e sua autonomia de participação democrática na cidade.

O cenário político brasileiro ainda está marcado pelo autoritarismo, pela opacidade e pelos privilégios. Entende-se que a própria cultura política do Estado merece regeneração, e a cultura, em seu sentido mais amplo, atua como um agente incontestável de transformações necessárias. Mesmo que os conceitos não sejam inequívocos nem estanques, as sociedades modernas chegaram a um consenso sobre a diferenciação entre a democratização da cultura e a democracia cultural. Esta, para nós, merece maior atenção, porque trabalha com a cultura de forma integrada à vida e a seus laços de representação e valores; fomenta meios de desenvolvimento para que os indivíduos possam, eles mesmos, se cultivarem, pulverizando qualquer idealização vertical e elitista de cultura.

A exemplo da implementação da democracia cultural, tem-se os programas Cultura Viva, do governo federal, e o Programa VAI, do governo municipal de São Paulo. Este, especificamente, vem avançando exatamente nos aspectos socioculturais e políticos que foram trazidos aqui: o fomento à criação de atividades recreativas e culturais que vivificam os espaços públicos por atores frequentemente alijados da participação social e do protagonismo urbano; o reconhecimento da vocação e da produção cultural local, promovendo, sob a dinâmica contemporânea da economia criativa, a geração de trabalho, renda e oportunidades de inclusão social; a formação de uma política pública de governança local transversal e pluralmente instituída; a discussão cultural sobre os conteúdos localmente territorializados e os globalmente desterritorializados; e, por fim, o fomento à cidadania e à legitimidade democrática por meio

do fortalecimento de grupos e coletivos artísticos de atuação autônoma e livre de coerção política.

Em suma, delinear-se, dentro da relação entre as políticas culturais e a cidade, os principais agentes e processos a serem levados em consideração na promoção de princípios democráticos e afirmativos na participação cidadã e na retomada do direito à cidade.